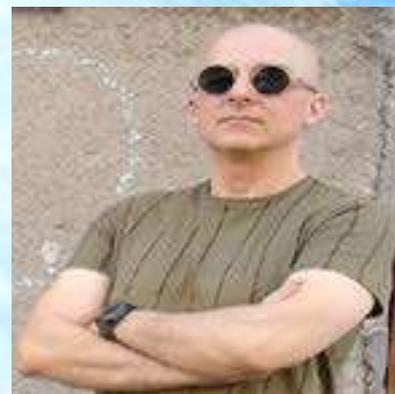


DIFICULDADES OU TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM?



FLÁVIO GARCIA VICHINSKY

Doutor em Literatura pela Universidade de São Paulo (2013), graduado em Letras pela Universidade Cruzeiro do Sul (2002), Coordenador Pedagógico na EMEF Presidente Epitácio Pessoa – SME – SP.

RESUMO

Uma das dimensões que mais atraem a atenção dos educadores envolve as questões relativas ao fracasso na aprendizagem. Muito se tem dito e escrito a esse respeito, em especial quando o foco são as dificuldades e os transtornos da aprendizagem, dois conceitos por vezes mal delineados e cujos limites frequentemente não são apresentados com a clareza desejável para que os docentes e outros profissionais envolvidos com a educação possam situar o possível motivo do fracasso escolar em uma ou outra dessas categorias. Este artigo apresenta as principais características das dificuldades e dos transtornos de aprendizagem, esperando que isso possa contribuir para que o leitor compreenda e situe o que diferencia essas duas etiologias da não-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de aprendizagem; Transtorno de aprendizagem; Educação; Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

É muito comum a dúvida a respeito dos limites que nos permitem diferenciar o que sejam Dificuldades de Aprendizagem (DA) ou Transtornos de Aprendizagem (TA). Uma criança que apresenta dificuldades para aprender certa habilidade acadêmica é sempre um indivíduo com algum tipo de transtorno? Uma criança diagnosticada com algum tipo de transtorno terá sempre alguma dificuldade de aprendizagem? Essas e outras indagações permeiam o cotidiano escolar, quase sempre permanecendo sem respostas assertivas, quando não irrompendo em dúvidas ainda maiores. O intuito deste artigo é trazer à baila uma breve investigação bibliográfica que nos permita compreender a atual delimitação desses dois termos à luz da Neurociência e da Psicopedagogia. Com isso espera-se que a nossa contribuição seja no sentido de instrumentalizar o educador (claro que sem

esquecer dos demais atores ligados ao processo de aquisição do conhecimento interessados no tema) para que esteja apto no sentido de utilizar adequadamente a nomenclatura que envolve os dois termos em questão, com a garantia de maior clareza e objetividade em situações comunicativas que envolvem o assunto.

Inicialmente, teceremos um cenário bastante conhecido, no qual profissionais da educação (em especial os professores) e profissionais da saúde (fonoaudiólogos, psicólogos e médicos) se deparam com indivíduos rotulados pela família como uma criança que “não aprende”, ou seja, profissionais que ouvem relatos sobre DA. Trata-se de fato extremamente corriqueiro e que, por ser um sinal de alerta para algo que pode ser muito maior, demanda ações no sentido de registros, relatos e diagnósticos, uma vez que, na ocorrência de uma situação de fracasso escolar, faz-se necessário uma investigação ampla, uma avaliação compreensiva daquilo que pode estar na base dessa dificuldade. A experiência profissional nos mostra que pode se tratar de situações pontuais e passageiras, mas também há causas persistentes, que demandam avaliações mais extensas e pormenorizadas que gerem intervenções focais e mais direcionadas. Nesse momento já podemos inferir a necessidade de se explorar esse tema para tentar conhecer as características e os diferentes fatores que estão associados à aprendizagem, travando contato com alguns estudos que nos permitem verificar a existência de uma série de elementos que podem interagir e impactar diretamente na aprendizagem da criança, caracterizando as DA e os TA, como veremos adiante.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Nem toda DA se configura como TA e, para que possamos iniciar essa diferenciação, precisamos compreender a dinâmica de alguns fatores que podem impactar a maneira como a criança aprende e, conseqüentemente, podem contribuir para que aflorem determinadas DA. Para o início da nossa empreitada podemos evocar o pesquisador Jack M. Fletcher (2009) e o seu modelo causal que considera a inter-relação entre quatro níveis de processamento ligados à aprendizagem. O primeiro nível destacado por Fletcher é o Neurobiológico, compreendendo a) os fatores genéticos – que podem gerar maior vulnerabilidade ou suscetibilidade para o desenvolvimento de determinado transtorno específico – e b) a estrutura e a função cerebral – englobando a neuroplastia e o funcionamento de determinadas regiões cerebrais ligadas ao aprendizado. O nível Cognitivo é apontado pelo pesquisador como aquele que rege funções essenciais para a aprendizagem, como memória, atenção e motivação. A seguir, Fletcher aborda a relevância do nível Comportamental/Psicossocial, o qual permite uma ampliação do panorama contextual da dificuldade ao evidenciar comportamentos internalizantes ou externalizantes, entre outros fatores psicossociais de risco ou de proteção. Finalmente o autor cita o nível Ambiental, relacionado com fatores como escolarização e nível de vocabulário dos pais, estimulação da criança nas primeiras fases da vida e diversidade das vivências às quais a criança teve acesso. Esse modelo nos ajuda a pensar nas diversas interações entre esses diferentes níveis e a sua influência sobre o processo de aprendizagem e as dificuldades que possam surgir, como pode ser observado no esquema a seguir:

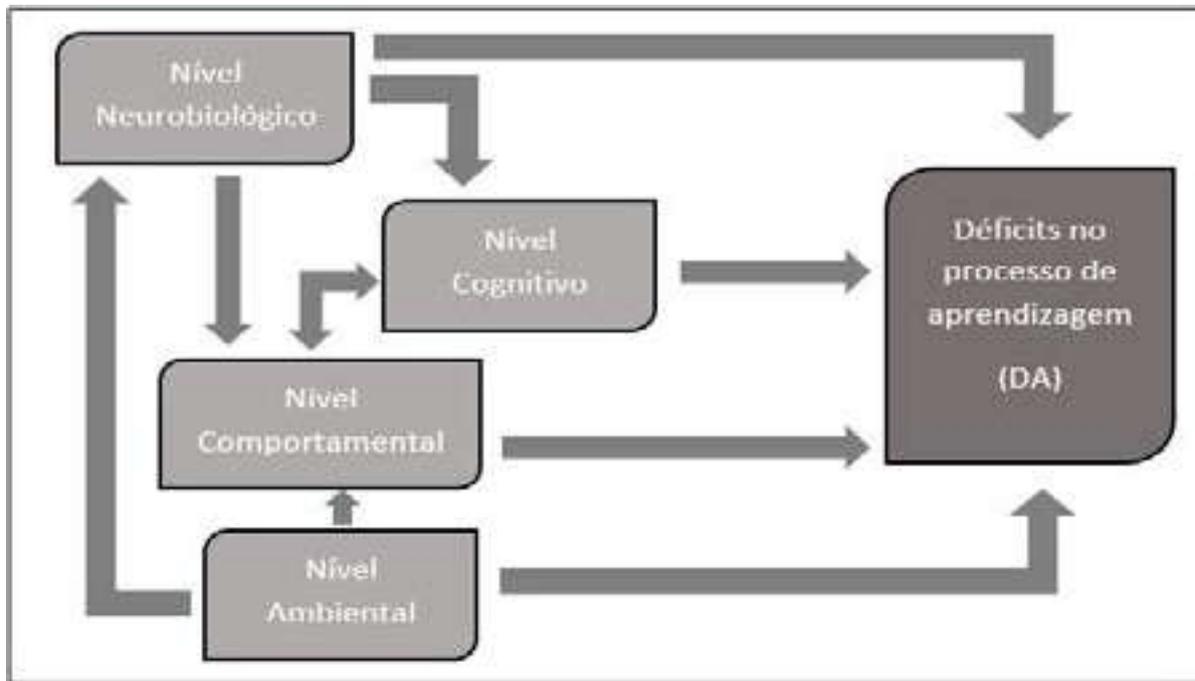


Figura 1: Esquema dos níveis de desenvolvimento: adaptado de FLETCHER (2009, p. 502)

Podemos perceber que, para Fletcher, as DA englobam tanto os fatores externos (como ambiente e interações sociais) quanto fatores internos (como a neurobiologia e a cognição), categorizando os transtornos decorrentes da neuroplastia e de quadros genéticos como nível de processamento da aprendizagem que pode explicar determinada DA, ou seja, os TA podem ser um dos motivadores da DA.

Outro termo que pode auxiliar a compreender o conceito de DA é o Mau Desempenho Escolar (MDE), aparecendo muitas vezes na literatura temática como um substituto para o primeiro, como é o caso do artigo publicado por Siqueira & Gurgel-Gianetti (2011), no qual os autores conceituam MDE como um “rendimento abaixo do esperado para a idade e escolaridade” (SIQUEIRA & GURGEL-GIANETTI, 2011, p. 17). Nesse artigo, também é mostrado que o MDE pode desencadear uma série de problemas com consequências sociais inegáveis nos âmbitos individual, familiar e escolar, pois causa grande impacto sobre os aspectos emocionais da criança levando à baixa autoestima, ao aumento da ansiedade relacionada a situações de aprendizagem e uma crescente desmotivação frente às atividades escolares, o que é muitas vezes mal interpretado pelos pais e pela própria escola, causando conflitos que fazem piorar ainda mais a situação da criança, já fragilizada, frente à formalidade do processo de aprendizagem. Segundo Siqueira & Gurgel, as causas do MDE estão associadas a dois fatores: a) extrínsecos ou ambientais – entre eles os socioeconômicos, socioculturais, familiares e escolares; b) intrínsecos ou individuais – que correspondem às habilidades cognitivas, os aspectos emocionais e de personalidade, as condições físicas e de saúde geral. Tais fatores podem impactar a aprendizagem, levando a dificuldades que culminam no MDE. Exemplo disso, e que ilustra muito bem o impacto dos fatores extrínsecos, são as expectativas e exigências muito elevadas, as quais podem ter um efeito deletério sobre a aprendizagem da criança que, julgando-se incapaz de atender a demandas externas - superestimação da criança pelos pais e/ou professores – pode adentrar uma zona de desconforto. Por outro lado, como exemplo de fator intrínseco, podemos destacar o que Julian B. Rotter (ZANETTI & MENDES, 1993) chamou de lócus de controle, ou

seja, o nível de expectativa do indivíduo consigo mesmo, da sua competência, do seu coeficiente de engajamento com as atividades escolares e do seu controle sobre o próprio desempenho. Se esse lócus de controle não estiver fortalecido interiormente na criança, poderá ser uma das causas do MDE. Note-se que os autores também incluem fatores externos, como as condições físicas, na qualidade de motivadores da DA, permitindo-nos traçar um paralelo com o que Fletcher (FLETCHER, 2009) denominou de Nível Neurobiológico de processamento. Dessa forma, encontramos no artigo de Siqueira e Gurgel-Gianetti mais uma vez a caracterização da DA (ou MDE) como uma categoria de dificuldade que abriga em si, entre outras, as dificuldades oriundas de fatores biogenéticos.

Para finalizar esta busca pela conceituação de DA, podemos evocar a contribuição presente em obra bastante conceituada na área de Neuropsicologia, trata-se da publicação Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar (ROTTA et alli, 2016), onde lemos que a DA é um termo amplo, que tem sido utilizado para designar “problemas na aquisição de habilidades acadêmicas” (ROTTA et alli, 2016, p. 24). Os autores prosseguem afirmando que essas dificuldades podem ser gerais, abarcando as áreas da escrita, leitura e raciocínio matemático; ou específicas, ligadas mais a uma área acadêmica do que a outras. Nesse estudo vemos que a origem da DA remonta a “falhas secundárias relacionadas a fatores ambientais” (ROTTA et alli, p. 26), ou seja, as suas causas podem ser de matriz sociofamiliar ou pedagógica, além daquelas relacionadas com aspectos individuais, como pode ser visto no quadro a seguir:

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM		
FAMÍLIA	ESCOLA	INDIVÍDUO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escolaridade dos pais; ▪ Hábitos de leitura da família; ▪ Condições socioeconômicas; ▪ Histórico familiar de alcoolismo e drogadição; ▪ Desagregação familiar; ▪ Rotinas de estudo; ▪ Alimentação, lazer e sono. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições físicas da sala de aula; ▪ Material didático; ▪ Método pedagógico; ▪ Interação escola-família; ▪ Condição e formação do corpo docente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problemas físicos gerais; ▪ Problemas neurológicos; ▪ Prejuízos cognitivos; ▪ Problemas psicológicos e alterações comportamentais.

Figura 2: tabela Dificuldades de Aprendizagem: Adaptado de ROTTA et alli (2016)

Os autores ainda contribuem para o entendimento do tema mostrando que as DA podem ser de ordem primária ou secundária. O primeiro caso, também mencionado na obra como Dificuldades Naturais, indica a DA comumente encontrada pela maioria dos indivíduos e que decorre de problemas tais como aqueles relacionados com a proposta pedagógica da escola, dos níveis de exigência da escola ou dos pais e de eventuais conflitos familiares. Esse tipo de dificuldade, para os pesquisadores, tende a desaparecer a partir de um esforço maior do aluno ou de uma intervenção focal (ROTTA et alli, 2016, p. 75). Por outro lado, apontam que as dificuldades de ordem secundária são aquelas decorrentes de outros quadros diagnósticos, os quais têm um impacto primário sobre

o desenvolvimento de forma global, mas que, de forma secundária, também acabam interferindo na aprendizagem, como por exemplo os quadros de deficiência intelectual ou sensorial, comprometimento neurológico ou mesmo transtornos emocionais significativos. Vemos, assim, que esses autores também situam os transtornos de ordem neurobiológica como subfatores das DA e, além disso, afirmam que tais transtornos caracterizam-se como primários (causas) para o surgimento de determinada DA secundária (consequência).

A partir desse breve apanhado podemos concluir que as DA podem ser oriundas de fatores externos (como a família, escola ou relações sociais) ou internos (como a neurobiologia ou questões emocionais), mas sempre se apresentam como um quadro de rendimento abaixo do esperado para a idade cronológica da criança. Nos três estudos em que nos apoiamos até agora fica bastante claro que nem toda DA tem como origem um transtorno, mas que há transtornos específicos os quais podem motivar dificuldades escolares. Cabe aos profissionais envolvidos com o processo de aprendizagem da criança analisar caso a caso e ponderar quais são os possíveis fatores de motivação daquela determinada DA, considerando dentre esses até mesmo a possibilidade de transtornos específicos, como veremos no que segue.

TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) considera que TA são condições caracterizadas por implicações neurológicas, ou seja, quadros específicos em que o cérebro funciona de uma maneira diferenciada. Os TA estão inseridos em uma categoria mais ampla, a dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, os quais frequentemente vão surgir em um período relativamente precoce do desenvolvimento do indivíduo, gerando um impacto no seu funcionamento social, acadêmico e ocupacional. São exemplos dessa categoria os Transtornos da Comunicação, do Espectro Autista, do Déficit de Atenção/Hiperatividade, da Motricidade, além do Transtorno Específico de Aprendizagem, como pode-se verificar no esquema a seguir.

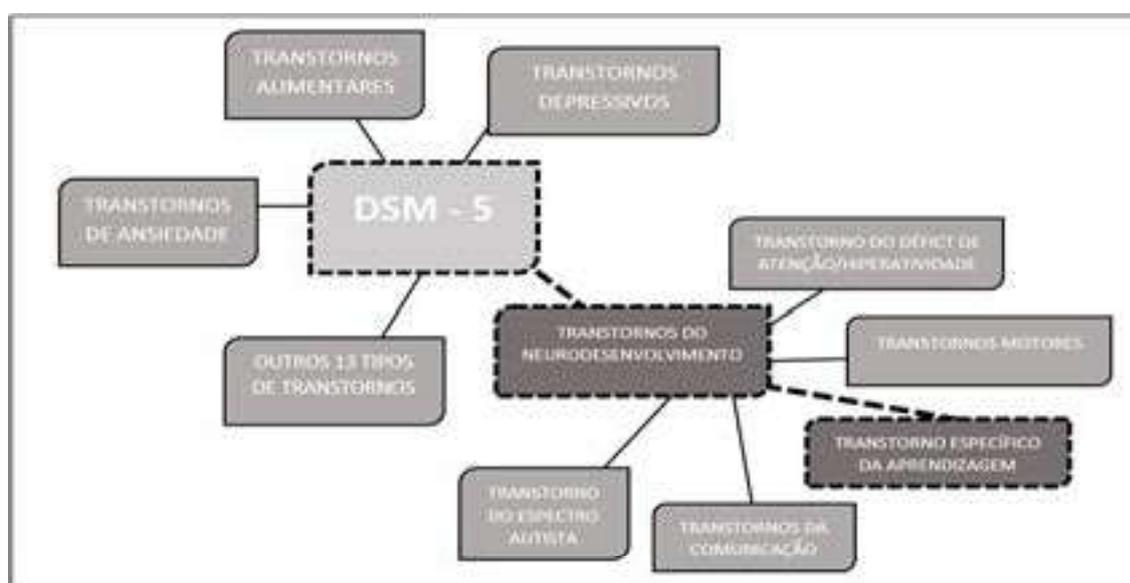


Figura 3: Transtornos mentais segundo o DSM-5

Como se vê, o manual caracteriza o TA como Transtorno Específico de Aprendizagem, pois o considera como um déficit específico na capacidade do indivíduo para processar informações com eficiência e precisão no que refere à leitura, à escrita e ao raciocínio matemático. São casos em que podem ser percebidas habilidades acadêmicas abaixo da média esperada para a idade, ou com desempenho aceitável diante de um grande empenho e muito esforço cognitivo. A característica fundamental desse tipo de transtorno é que ele agrega um prejuízo funcional importante, uma vez que interfere em habilidades fundamentais para a inserção social do indivíduo, como a capacidade de compreender uma mensagem escrita ou de lidar com as suas próprias finanças.

Encontramos no DSM-5 quatro critérios diagnósticos para caracterizar o TEA:

a) Dificuldades na aprendizagem ou no uso de habilidades acadêmicas que persistam por mais de seis meses, apesar de intervenções dirigidas e pelo menos um dos seguintes sintomas: leitura de palavras imprecisa, lenta e com esforço; dificuldade para compreender o sentido do que é lido; dificuldades na ortografia; dificuldades na expressão escrita; dificuldades para dominar o senso numérico; dificuldades no raciocínio matemático.

b) Habilidades acadêmicas afetadas encontrando-se substancial e quantitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo, causando interferência significativa no desempenho acadêmico ou profissional, ou nas atividades cotidianas, confirmada por meio de medidas de desempenho padronizadas administradas individualmente e por avaliação clínica abrangente.

c) Dificuldades de aprendizagem iniciadas nos anos escolares iniciais, mas que podem não se manifestar completamente até que as exigências pelas habilidades acadêmicas afetadas excedam as capacidades limitadas do indivíduo (por exemplo, em testes cronometrados, em leitura ou escrita de textos complexos e longos, em alta sobrecarga de exigências acadêmicas).

d) Dificuldades de aprendizagem que não podem ser explicadas por deficiências intelectuais, acuidade visual ou auditiva não corrigida, outros transtornos mentais ou neurológicos, adversidade psicossocial, falta de proficiência na língua de instrução acadêmica ou instrução educacional inadequada.

A partir desses critérios, podemos entender os TEA como uma categoria que abriga transtornos relativos às habilidades acadêmicas não provenientes de deficiências físicas ou mentais, ou seja, o indivíduo ouve bem, enxerga bem, tem a inteligência preservada e possui diversas habilidades comprovadas, mas há eventos específicos que o impedem de adquirir algumas habilidades escolares. Dentro desse grande grupo de TEA podemos encontrar os Transtornos Específicos de Aprendizagem com prejuízo na leitura, com prejuízo na escrita ou com prejuízo na matemática, como se vê no quadro:

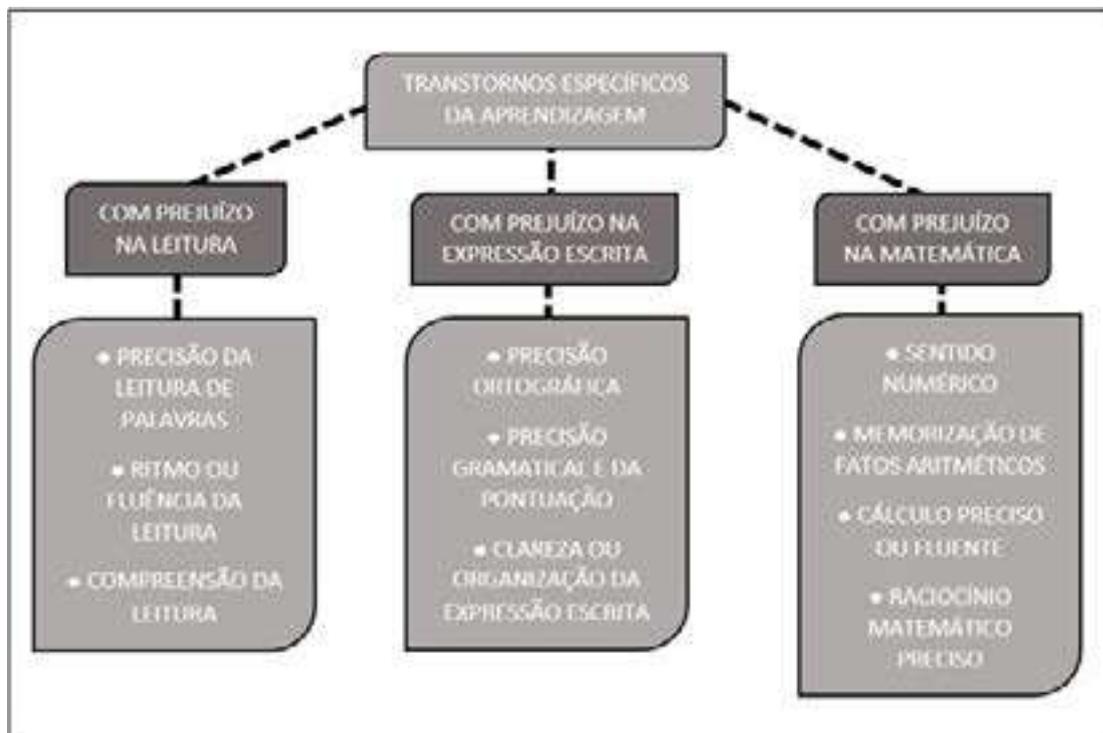


Figura 4: Transtornos específicos da aprendizagem

O quadro apresenta os transtornos com prejuízo na leitura, com prejuízo na expressão escrita e com prejuízo na matemática e as suas devidas especificações, mas cabe mencionar que dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia são os termos mais comuns empregados para designar esses TEA dentro da classificação apresentada pelo DSM-V, nos mostrando que o assunto não se esgota por aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os autores que embasaram a conceituação das DA neste artigo, os motivos para o fracasso escolar podem estar associados a diversas condições, internas ou externas. Desde as relações sociais, sejam dentro ou fora da escola, até fatores biológicos podem desencadear os entraves que fazem com que a criança ou jovem não consiga ou tenha dificuldades para aprender. Um desses agentes internos está ligado ao desenvolvimento neurológico do indivíduo, uma maneira específica no funcionamento do cérebro que gera certo desajuste no processo de aprendizagem. A isto se atribui a denominação de Transtorno de Aprendizagem.

Dificuldade de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem? Agora, ao final deste artigo, podemos afirmar claramente que nem toda dificuldade de aprendizagem está associada a um transtorno, mas, em oposição, os Transtornos Específicos de Aprendizagem, estes sim, fomentam certas dificuldades de aprendizagem, sendo uma das categorias de fatores etiológicos desse quadro. Muitas podem ser as causas da não-aprendizagem ou do fracasso escolar, no entanto apenas àquelas ligadas aos quadros neurológicos indicadas pelo DSM-5 pode ser atribuída a denominação de Transtornos de Aprendizagem. Isso faz muita diferença quando o educador ou o profissional ligado à educação precisa estabelecer um panorama global quando se defronta com um episódio de dificuldade de aprendizagem. Estabelecer os limites dos TEA e situá-los enquanto uma categoria

bem definida dentro do espectro das DA permite aos profissionais maior e melhor compreensão dos fenômenos que podem trazer prejuízos à aprendizagem e, por consequência, potencializar a práxis pedagógica no sentido de buscar as alternativas mais ajustadas e eficientes para cada caso.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, 4ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2015.

BENDER, W. **Learning Disabilities: Characteristics, identification, and teaching strategies**. 4. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

FLETCHER, Jack M. **Dyslexia: The Evolution of a scientific concept**. J. Inf. Neuropsychology Society n. 15, pp. 501-508. Huston, Texas, 2009.

ROTTA, N., OHLWEILER, L. & RIESGO, R. **Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed. 2016.

ZANETTI, Maria Lúcia; MENDES, Isabel Amélia Costa. **Tendência do locus de controle de pessoas diabéticas**. Revista da Escola de Enfermagem n.27, pp. 246-262. São Paulo: USP, 1993.